



**Desencarcerando mulheres:
contribuições do direito achado no hospício**

**De-imprisoning women:
contributions of the law found in the asylum**

Ludmila Cerqueira Correia¹

Larissa Rodrigues Moreira²

Milena de Araújo Barros Tavares³

Resumo

Este artigo aborda o desenvolvimento da oficina “Desencarcerando mulheres: contribuições do direito achado no hospício”, que teve como objetivos compartilhar a experiência do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania da UFPB e discutir o papel da assessoria jurídica popular universitária na garantia do direito à liberdade para grupos subalternizados, como as mulheres em sofrimento mental em conflito com a lei internadas em um hospital psiquiátrico. Teve como base teórica e metodológica aspectos das teorias críticas do Direito, especialmente O Direito Achado na Rua, e da pedagogia freireana. Destacou-se a pedagogia da loucura, que permite ressoar as vozes dessas mulheres junto às instituições do Sistema de Justiça.

Palavras-chave: Saúde mental; Sistema de Justiça; Desencarceramento; Mulheres; Cuidado em liberdade.

Abstract

This article discusses the development of the workshop “De-imprisoning women: the contributions of the law found in the asylum”; which aimed to share an experience of the Extension and Research group Madness and Citizenship from Federal University of Paraíba and discuss the role of popular legal advice in guaranteeing the right to freedom from vulnerable groups, such as women in mental distress in conflict with law admitted to a psychiatric hospital. It was based on theoretical and methodological aspects of critical theories of Law, especially The Law Found in the Street, and Freirean pedagogy. The pedagogy of madness was highlighted, which allows resound voices of these women with the institutions of the Justice System.

¹Doutora em Direito pela Universidade de Brasília. Professora do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba(UFPB). Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania da UFPB.

²Psicóloga. Especialista em Urgência e Emergência pela Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Especialista em Saúde Mental pela Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba.

³Graduanda em Direito na Universidade Federal da Paraíba e extensionista do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania(UFPB).



Keywords: Mental health; Justice System; Extrication; Women; Take care in freedom.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo elucidar o processo de desenvolvimento e execução da oficina “Desencarcerando mulheres: contribuições do direito achado no hospício”, ministrada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania (LouCid) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Seminário Internacional “O Direito Como Liberdade: 30 Anos de O Direito Achado na Rua”, em dezembro de 2019, na Universidade de Brasília. Na ocasião, foram debatidos a contribuição do direito achado no hospício (CORREIA et al., 2013), numa alusão à perspectiva teórico-prática de O Direito Achado na Rua, para o desencarceramento de mulheres loucas em conflito com a lei e o papel da assessoria jurídica popular universitária na garantia do direito à liberdade para grupos subalternizados.

O LouCid é um grupo universitário interdisciplinar de assessoria jurídica popular que atua desde 2012 e tem como foco prioritário a mobilização jurídico-política junto aos coletivos da luta antimanicomial, contribuindo para o devido acesso ao direito e à justiça das pessoas em sofrimento mental em conformidade com os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira e em diálogo com diversos órgãos públicos.

Realiza atividades de extensão, pesquisa, intervenções artístico-culturais, eventos de formação continuada, apoio a coletivos e movimentos sociais da luta antimanicomial, bem como parcerias com órgãos dos Sistemas de Justiça e Saúde, participando ativamente de momentos de debate e discussão sobre a construção da política de atenção à pessoa em sofrimento mental e em conflito com a lei no estado da Paraíba, como grupos de trabalho, audiências públicas, entre outros. As atividades do projeto são realizadas por extensionistas estudantes e profissionais de diversas áreas de formação: Ciências Sociais, Direito, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Devido ao impacto social das suas ações, o LouCid foi contemplado pela Universidade Federal da Paraíba com o Prêmio Elo Cidadão 2019, destinado às ações de extensão mais exitosas da universidade⁴. Nesse sentido, construir a oficina para o evento “O

⁴ Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/projeto-antimanicomial-da-ufpb-recebe-premio-elo-cidadao>. Acesso em: 14fev 2020.

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



Direito Como Liberdade – 30 Anos de O Direito Achado na Rua” se constituiu como forma de reverberar e ampliar o alcance das ações realizadas pelo LouCid, a fim de contribuir para a consolidação dos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira e da Luta Antimanicomial na atenção e cuidado às pessoas em sofrimento mental, especialmente as mulheres.

Contato com as mulheres e criação da frente de atuação “Loucas por Direitos”

O LouCid se aproximou das mulheres loucas em conflito com a lei, internadas no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM) em João Pessoa⁵, através da realização de oficinas temáticas em direitos humanos vinculadas à execução de dois projetos de extensão aprovados no edital do Programa de Extensão (PROBEX) da UFPB durante os anos de 2012 e 2013 (ALMEIDA, 2016; CORREIA, 2018).

Nesses contatos foi possível identificar que as violações de seus direitos não estavam sendo observadas no cotidiano da instituição, principalmente, por estarem mais vinculadas às decisões do Sistema de Justiça Criminal do que às orientações da administração do hospital psiquiátrico. Em virtude da ligação das mulheres com o Poder Judiciário, elas eram impossibilitadas de participar de algumas atividades externas propostas pela equipe multiprofissional que eram consideradas estratégicas para a desinstitucionalização e cuidado das pessoas internadas (ALMEIDA, 2016). Além disso, a situação das mulheres se agravava devido à falta de atendimento jurídico pela Defensoria Pública e pelas limitações de cuidados que a equipe multidisciplinar da instituição encontrava (CORREIA, 2018).

A situação judicial dessas mulheres não era devidamente esclarecida, acarretando a falta de entendimento sobre o que motivou a internação e, consequentemente, sobre como a equipe multidisciplinar do hospital psiquiátrico deveria proceder durante a internação. Ademais, muitas dessas mulheres não tinham informação sobre seus processos, não participavam de audiências e ficavam até quatro anos sem saber o rumo de suas vidas, como relatado pela professora coordenadora do LouCid em entrevista sobre o tema em uma reunião

⁵De acordo com a legislação penal, a medida de segurança (seja internação ou tratamento ambulatorial) é cumprido no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), e isso ocorre na maioria dos estados do Brasil. Na Paraíba, não existe ala feminina na estrutura da Penitenciária de Psiquiatria Forense - PPF (nome dado ao HCTP), e, por isso, interna apenas homens. Assim, as mulheres são encaminhadas ao CPJM, localizado ao lado da PPF, para aguardarem a realização do exame pericial, tratamento ou cumprirem a medida de segurança.



do Grupo Interinstitucional de Trabalho Interdisciplinar em Saúde Mental (GITIS) do Tribunal de Justiça da Paraíba⁶.

A partir desses projetos o LouCid foi demandado pela direção do CPJM em 2013 e pela Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde em 2014 (CORREIA et al., 2018) para tratar de questões relacionadas aos processos judiciais dessas mulheres, o que culminou em uma atuação coletiva a partir da observação singular de cada caso e com vistas a garantir o cuidado na rede aberta de atenção à saúde mental e o enfrentamento a abordagens manicomiais e repressoras (ALMEIDA, CORREIA, MALHEIRO, 2016).

Nesse sentido, nos anos seguintes, o LouCid seguiu monitorando alguns dos processos judiciais criminais destas mulheres e atuando junto a elas no sentido de levar as suas vozes ao processo judicial, bem como debater seu acesso a mecanismos de garantia de direitos e reivindicá-los a partir da articulação e mobilização de órgãos como a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE/PB) e a Vara de Execução Penal da Capital (VEP). Esta mediação com o poder público e a escuta destas mulheres mostraram-se de suma importância para que o tema fosse debatido em sua complexidade e não fossem tomadas decisões que retrocedessem na garantia de seus direitos e na consolidação da Reforma Psiquiátrica. Tal atuação foi realizada na perspectiva teórico-prática de O Direito Achado na Rua (SOUSA JUNIOR, 2008), ao considerar tais pessoas titulares da capacidade de serem cidadãs, e, assim, também poderem reivindicar os seus direitos mesmo diante dos impedimentos institucionais por elas vivenciados, configurando-se um Direito Achado no Hospício (CORREIA et al., 2013).

Em 2018, o grupo deu continuidade a esta atuação e acompanhou as mulheres que estavam internadas no CPJM por encaminhamento do Sistema de Justiça. À época, havia sido firmado um acordo entre a Secretaria de Estado da Cidadania e Administração Penitenciária da Paraíba (SEAP/PB) e a Secretaria de Estado da Saúde (SES/PB), com vistas à implantação de um aparato prisional dentro do CPJM, com a disponibilização de ala restrita para estas mulheres e a designação de agentes penitenciários destinados à sua vigilância integral⁷.

⁶ Disponível em: <https://conciliar.tjpb.jus.br/plano-estadual-de-atencao-da-pessoa-em-sofrimento-mental-e-em-conflito-com-a-lei-comeca-a-ser-criado/>. Acesso em: 14 fev 2020.

⁷ Este documento é fruto de reunião realizada no dia 20 de junho de 2018 na SEAP/PB, que contou com a presença de representantes desta Secretaria, da SES/PB, da Coordenação de Saúde no Sistema Prisional da Paraíba, do CPJM e da Penitenciária de Psiquiatria Forense (PPF/PB), conforme ata desta reunião disponibilizada ao LouCid pelo assessor jurídico do CPJM.



Diante desse contexto, o LouCid construiu um parecer técnico que foi enviado aos órgãos competentes e trouxe à tona argumentos para questionar a legalidade das medidas propostas a partir de instrumentos normativos que observam o tratamento destinado a este público na perspectiva da Lei nº 10.216/2001 e dos princípios da Reforma Psiquiátrica. Essa ação do projeto culminou na paralisação da construção da ala específica para as mulheres no referido hospital psiquiátrico e impulsionou a criação do Grupo Interinstitucional de Trabalho Interdisciplinar em Saúde Mental (GITIS) vinculado ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça da Paraíba⁸, que tem como cerne das suas reuniões a construção do Plano Estadual de Atenção da Pessoa em Sofrimento Mental e em Conflito com a Lei.

Em 2019, para prosseguir no acompanhamento desses casos, o LouCid organizou internamente a frente denominada “Loucas por Direitos”, visando continuar contribuindo na mediação entre o poder público e a escuta destas mulheres, se posicionando a favor da atenção integral à saúde mental, do cuidado em liberdade e do acolhimento dessas mulheres pelos serviços que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e demais políticas sociais.

Em decorrência dessa atuação, o grupo recebeu um convite da DPE/PB para firmar um termo de parceria e subsidiar a defesa das mulheres loucas em conflito com a lei internadas no CPJM durante o ano de 2019. Inicialmente, havia quatro mulheres e todos os crimes eram relacionados a homicídio ou tentativa de homicídio contra membros de suas famílias. Cabe ressaltar que, ainda assim, foi identificado que os familiares de todas as mulheres continuaram mantendo contato com as mesmas e realizando visitas quando possível.

Ao longo do ano de 2019, mais cinco mulheres em conflito com a lei foram internadas no CPJM, chegando a um total de nove mulheres. Entre esses últimos cinco casos, alguns eram para tratamento psiquiátrico, outros para realização do exame pericial psiquiátrico devido ao cometimento de delitos e em decorrência da instauração do incidente de insanidade mental.

No entanto, a frente “Loucas por Direitos” acompanhou integralmente apenas as quatro mulheres que havia se comprometido em assessorar, tendo em vista conceber que é

⁸ Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/noticia/grupo-de-trabalho-avanca-nas-acoes-voltadas-as-pessoas-com-sofrimento-mental-em-conflito-com>. Acesso em: 14fev 2020.

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



papel da DPE/PB realizar tal acompanhamento, não substituindo, portanto, a sua função primordial no acesso à justiça de grupos vulneráveis. Assim, foram realizados atendimentos individuais e em grupo, além de oficinas temáticas com o intuito de fazer a ponte entre a voz das mulheres e os órgãos do Sistema de Justiça através da elaboração e encaminhamento do relatório multiprofissional desenvolvido pelo grupo. Os encontros, realizados quinzenalmente de dezembro de 2018 até setembro de 2019, também tiveram o objetivo de repassar às mulheres informações sobre seus processos judiciais e prepará-las para as audiências, bem como entrar em contato com as profissionais do CPJM responsáveis pelo atendimento e seus familiares.

A construção da narrativa dessas mulheres se deu através de uma pedagogia libertária e a escuta qualificada foi utilizada como ferramenta básica. A atuação do grupo não tinha como finalidade realizar atendimentos e processos psicoterapêuticos, pois nosso entendimento era de que esse papel deveria ser desempenhado pela equipe multiprofissional do complexo psiquiátrico. Dessa forma, as atividades tiveram como ponto de partida a perspectiva da educação popular (FREIRE, 1983, 1992), contando com a utilização de diversos recursos disponibilizados por nossa equipe (aromaterapia, ambiência do espaço e disponibilização de vários materiais), buscando proporcionar um espaço seguro para que estas mulheres compartilhassem suas histórias, desejos e considerações acerca de suas experiências de vida.

Nesse sentido, foram realizados quatro encontros para operacionalização de duas oficinas temáticas: Tenda do Conto e Oficina para construção de um livreto: “Como chegamos aqui, como estamos e para onde queremos ir?”. A tenda do conto teve como objetivo estreitar vínculo com as mulheres e permitir que elas pudessem falar de suas vivências a partir de memórias importantes para cada uma, criando para as mesmas um espaço de fala e acolhida. A metodologia da tenda do conto foi criada na rede de saúde de Natal/RN como tecnologia leve de cuidado que utiliza a narrativa a partir de objetos levados pelas participantes como forma de acessar suas histórias (FÉLIX-SILVA et al., 2014).

A construção do livreto foi feita em três oficinas objetivando que as mulheres contassem suas histórias por meio da sistematização do livreto, norteadas pelas seguintes perguntas: “Como chegamos aqui, como estamos e para onde queremos ir?”. Nessas oficinas apareceram diversas questões, tais como: o momento em que foram detidas, a exposição midiática dos casos e como elas se sentiram envergonhadas e tristes com a exploração pela

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



mídia relacionada aos seus casos. Ademais, as mulheres relataram poucas oportunidades de escuta nos espaços que circularam antes de chegar ao CPJM e algumas ainda narraram casos de violência e tortura que sofreram nas unidades prisionais por onde passaram.

Já em relação ao momento vivido no CPJM, elas trouxeram referências sobre os espaços do hospital e afirmaram que gostam das oficinas e espaços de cuidado disponibilizados pela instituição. As mulheres ainda disseram que, no geral, consideram boa a assistência ali prestada, no entanto, todas relataram ter muitas saudades de casa, dos filhos e outros familiares, e sentem incômodos relativos ao encarceramento, como não poder sair, ter que dormir em locais com várias pessoas e de portas abertas e serem tratadas com base na padronização característica das instituições asilares.

Ao levantarmos o questionamento acerca dos seus desejos e planos fora do manicômio, todas relataram o desejo de voltar para o seio de seus lares – contando sobre os vínculos que possuíam e para onde desejavam ir quando da saída do CPJM. As histórias, que incluíam a casa de filhos ou filhas, mães e companheiros, foram recorrentes, e, nesse sentido foi possível perceber que a maioria possui vínculos familiares e uma rede de apoio. É válido ressaltar que muitas mulheres relataram a consciência e vontade de continuar o acompanhamento psicossocial nos serviços de base territorial de suas respectivas regiões, sendo os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) diversas vezes referenciados.

A partir das informações coletadas nas oficinas, nos atendimentos individuais e em grupo, foram encaminhados pela frente do LouCid “Loucas por Direitos” relatórios multiprofissionais para a DPE/PB. Cabe ressaltar que a maioria das mulheres internadas no CPJM, à época, era proveniente de municípios do interior da Paraíba, portanto, os defensores públicos, advogados e juízes encarregados dos casos, muitas vezes, sequer tiveram algum contato com essas mulheres. Assim, tal distância entre elas e os referidos órgãos do Sistema de Justiça é incontestável e prejudicial ao desenrolar do processo e à sua defesa.

Os relatórios multiprofissionais continham duas partes: jurídica e psicossocial. A primeira parte trazia uma interpretação sobre o fato ilícito cometido à luz da Constituição Federal e da Lei da Reforma Psiquiátrica com o intuito de não serem mais adotadas medidas retrógradas que vão de encontro às diretrizes da luta antimanicomial e da legislação vigente. Enquanto que a segunda trazia a história dessas mulheres com sugestões de possíveis caminhos de cuidado em suas respectivas terras natais. Utilizamos como base para o



desenvolvimento de nossas sugestões um mapeamento de informações sobre a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a Rede de Assistência Social dos seus municípios de origem.

Participaram da construção destes relatórios as mulheres internadas, profissionais da área do Direito, Psicologia e Serviço Social. A participação das mulheres na confecção dos relatórios foi imprescindível, já que ouvi-las era o propósito de todo o acompanhamento realizado, e, quando concluídos, os relatórios foram lidos para as mulheres, que poderiam acrescentar ou modificar algo caso desejassem.

A produção e encaminhamento desses relatórios aos defensores públicos culminaram em uma parceria entre o Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM), a Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba (PPF) e a DPE/PB, que sinalizaram a intenção de passar a construir os relatórios em conjunto com as equipes das duas instituições de internação e posterior encaminhamento à DPE/PB, que realizaria o repasse para os defensores e defensoras responsáveis por cada caso. Inicialmente, essa parceria com a DPE/PB foi proposta ao LouCid, e, portanto, o grupo se propôs a repassar os relatórios já realizados e contribuir com os profissionais das duas instituições para subsidiar a elaboração dos próximos relatórios.

A intervenção do LouCid foi realizada até que as quatro mulheres acompanhadas tivessem ciência do encaminhamento dos seus processos ou fossem desinternadas. No momento da elaboração do presente artigo, ainda estavam internadas duas mulheres (uma dessas é do primeiro grupo de quatro mulheres que começamos a acompanhar ainda em 2018), mas ambas com sentença prolatada e em cumprimento de medida de segurança. O encerramento do acompanhamento das mulheres pelo LouCid foi feito pelo grupo através de encontro presencial com as mesmas em setembro de 2019, embora a equipe multidisciplinar no CPJM continue buscando o grupo para solicitar informações jurídicas sobre os casos remanescentes ou para relatar algumas dificuldades no diálogo com os órgãos do Sistema de Justiça em relação a essas mulheres.

Desenvolvimento da oficina “Desencarcerando mulheres: contribuições do direito achado no hospício”

A construção da oficina se baseou na adoção de metodologias ativas para a exposição da temática e teve como marcos teóricos principais os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira (a partir da Lei 10.2016/2001), as teorias críticas do direito e dos direitos humanos,

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



com destaque para o direito à saúde e o acesso ao direito e à justiça (SANTOS et al., 2002; FLORES, 2008; DALLARI; NUNES JÚNIOR, 2010; CORREIA, 2018).

A oficina teve como objetivo discutir as ações realizadas pelo LouCid no acompanhamento às mulheres internadas no CPJM em cumprimento de medida de segurança, aguardando exames periciais ou transferências para outras unidades. Com duração de duas horas e meia, foram utilizados como materiais facilitadores: cartolinas, pincéis pilotos, fitas crepe e dupla face, canetas e papel sulfite. Iniciou-se com uma apresentação inicial para conhecer o público presente, de onde eram as pessoas e sua área de formação. Seguiu-se a uma apresentação breve sobre o Grupo de pesquisa e extensão e a proposta da atividade da oficina.

Foram coladas frases nas costas de todas as participantes da oficina e essas frases foram construídas a partir dos atendimentos e acompanhamentos realizados às mulheres no CPJM. Seguem as frases utilizadas como ponto de partida da oficina: “Eu vou para o CAPS quando eu sair”; “Você será desinternada sob condições: não frequentar bares ou lupanares”; “Eu quero que a justiça me veja”; “Vamos criar uma ala específica para as mulheres da justiça”; “Eu tô fazendo o que aqui?”; “Quando eu vou sair daqui?”; “Minha família vai cuidar de mim”; “Não precisa de audiência de custódia porque ela tem problemas mentais”; “Como tá o meu processo?”; “As outras estão pegando as minhas coisas”; “Poderiam nos dar uma chave de armário pra guardar nossas coisas”; “Quando eu fui presa filmaram eu”; “Colocaram uma tornozeleira em mim quando eu fui presa”; “Porque eu tô tomando esse remédio?”; “Eu nunca fui atendida pela defensora”.

Após a colagem das frases nas costas das participantes, dividiu-se o grupo em duplas e pediu-se para que cada dupla escrevesse em uma cartolina o que elas imaginavam se tratar a situação retratada pela frase e quais os encaminhamentos elas julgavam necessários para o acompanhamento da situação e da mulher envolvida.

O grupo teve 50 minutos para a elaboração da proposta e posteriormente cada dupla apresentou o itinerário e enredo que construíram. Durante esse período as participantes fizeram questionamentos quanto à forma de construir o itinerário e esboço da situação, perguntando se uma devia ler o que estava escrito nas costas da outra, se o papel precisava continuar colado nas costas, algumas participantes trouxeram questionamentos quanto a termos específicos (audiência de custódia) e questionaram se poderiam fazer interlocução com as outras duplas. Durante a realização da atividade, as moderadoras responderam aos

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



questionamentos e reiteraram que cada dupla tinha autonomia para decidir a construção, bem como se seria feito intercâmbio com as demais duplas.

Durante a apresentação do itinerário construído para todo o grupo foram realizadas discussões acerca do processo de elaboração da atividade e as participantes afirmaram que utilizaram as experiências que cada uma tinha e que resolveram ver o que estava escrito nas tarjetas para facilitar a comunicação entre a dupla. Além disso, disseram considerar importante a troca de informações entre as duplas para sanar dúvidas quanto a termos específicos e qualificar a elaboração da atividade.

Com base nesses pontos reiteramos as dificuldades enfrentadas pelo LouCid no contato com as mulheres no que diz respeito ao conhecimento das mesmas acerca das situações vivenciadas por elas, bem como a dificuldade de diálogo entre os diversos setores e serviços responsáveis pelo cuidado e tratamento das mesmas. Também foram abordados os pontos-chaves da intervenção do LouCid no atendimento às mulheres, reiterando e enfatizando a importância de dar voz às mesmas e utilizando o questionamento das próprias participantes acerca da etiqueta nas costas para discutir sobre a importância de repasse de informações àquela pessoa que está sendo acompanhada pelos Sistemas de Saúde e de Justiça.

Dentre as temáticas abordadas nos itinerários construídos pelas participantes, apareceram questionamentos quanto ao termo “mulheres da justiça” (inserido em uma das frases) e foram trazidas questões relacionadas à estigmatização dessas mulheres em sofrimento mental e se a forma de tratamento era diferenciada pelo fato de ser mulher. Na frase “não precisa de audiência de custódia porque ela tem transtornos mentais”, percebe-se a negação de direitos à pessoa pelo fato dela ser considerada uma mulher louca e, portanto, com menos direitos que as demais pessoas, evidenciando uma redução da mulher ao transtorno mental.

Uma das duplas construiu uma narrativa imaginando que a frase “você será desinternada sob condições: não frequentar bares ou lupanares” se referia à história de uma mulher internada em uma instituição hospitalar devido ao uso abusivo de álcool e que a mesma era prostituta. Um fato que chama atenção é que a dupla supõe que a condição de desinternação teria sido dada pelos profissionais de saúde, enquanto, na verdade, se refere à citação de uma das condições determinadas pelo juiz na audiência admonitória de desinternação de uma das mulheres acompanhadas. Nesse ponto, o grupo discutiu sobre

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



como, muitas vezes, o encarceramento é considerado tratamento e como algumas práticas autoritárias podem ser vistas e vivenciadas nos serviços e instituições asilares.

O grupo também trouxe reflexões acerca das noções de punitivismo e segregação que permeiam os processos de constituição e funcionamento das instituições totais. Vale destacar que um dos termos utilizados (“lupanares”) se refere a um linguajar antiquado e que não parte da realidade dessas mulheres, evidenciando uma necessidade constante de atualização das práticas jurídicas e de saúde, bem como da construção cotidiana do diálogo com as pessoas envolvidas nas situações.

No que diz respeito à voz das mulheres, ponto central de intervenção do LouCid, uma participante trouxe a reflexão quanto à necessidade de escutar a voz dessas mulheres e não de “dar voz às mesmas”, pois a partir da reflexão das participantes da oficina entende-se que as mulheres possuem voz, conhecimentos e saberes sobre suas próprias histórias, porém os órgãos dos Sistemas de Saúde e de Justiça não escutam essas histórias e isso impacta diretamente na forma como essas mulheres são tratadas. Frases como: “Eu tô fazendo o que aqui?”, “Como tá o meu processo?” e “Porque eu tô tomando esse remédio?”, proferidas por mulheres que estavam internadas há meses, evidenciam como essas narrativas e vozes não são escutadas.

Outro aspecto abordado foi quanto ao desconhecimento da temática por algumas pessoas que estavam participando da oficina e foram feitos questionamentos quanto à necessidade constante de abordagem dessa temática nos currículos das universidades, em cursos, eventos, oficinas, a fim de promover educação continuada e constante elaboração de conhecimentos sobre o tema.

Importante salientar que durante as atividades realizadas pelo LouCid eram criados espaços seguros para as mulheres se colocarem e uma das participantes afirmou que essa prática pode ser base para um trabalho de emancipação e construção da garantia de direitos levando o Direito para dentro do hospício e para onde as mulheres estão.

As discussões perpassaram as temáticas iniciais elaboradas pelas moderadoras e contemplaram os aspectos relacionados à importância de ouvir a voz das pessoas atendidas e sobre o conhecimento das situações vivenciadas por elas. Além disso, durante toda a oficina enfatizou-se a importância da intersectorialidade entre os Sistemas de Justiça e de Saúde. A perspectiva antimanicomial e o cuidado em liberdade devem ser norteadores das práticas relacionadas a esse público e o grupo, em sua maioria, realizou encaminhamentos e reflexões

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



a partir da perspectiva antimanicomial e em consonância com as atividades realizadas pelo LouCid.

Aprendizados da oficina

A oficina teve dezoito participantes, dentre elas apenas um homem e uma das reflexões feitas a partir disso fez referência ao interesse das mulheres por temáticas que envolvam mulheres e como ainda é um desafio contar com a participação dos homens nesses debates. Os estados de origem das pessoas foram: Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal. Porém, vale destacar que a maioria das participantes era do Nordeste.

A avaliação da oficina foi realizada pelas participantes a partir das questões: ‘que bom’, ‘que pena’ e ‘que tal’, registradas em um formulário entregue às participantes e recolhido ao final da atividade. Os comentários acerca da oficina foram, majoritariamente, positivos e ressaltaram a importância do tema, a dinâmica adotada pelas moderadoras, a especificidade do grupo acompanhado e a inovação das intervenções relatadas pelas moderadoras sobre as experiências realizadas. Também comentaram acerca do quanto a discussão de situações reais e vividas auxiliam para a compreensão da temática e aquisição de conhecimento.

Outro ponto levantado se refere à importância de ecoar a voz das mulheres loucas em conflito com a lei e de difundir as ações do LouCid em diversos espaços. Segundo as participantes, a dinâmica proposta permitiu a troca de experiências e integração entre o grupo. No quesito ‘que pena’ as participantes afirmaram que a oficina foi realizada em pouco tempo e que sentiram a necessidade de ouvir mais sobre as ações de pesquisa e extensão do LouCid. Quanto às sugestões feitas na opção ‘que tal’, as participantes sugeriram realizar a divulgação constante das ações do LouCid.

A participação das pessoas e as avaliações evidenciaram como as ações do LouCid trazem impactos na realidade onde estamos inseridas e trouxeram à tona pontos para reflexão e constante melhoria das ações do grupo. A experiência foi bastante positiva, se configurando como espaço para potencializar as ações do grupo e contribuir para a consolidação dos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira na construção de práticas feministas antimanicomiais, que vislumbra a liberdade como terapêutica fundamental.

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



Referências

ALMEIDA, O. M. **Loucura e Cidadania**: uma experiência de assessoria jurídica popular universitária em direitos humanos e saúde mental. 2016. 96 f. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

CORREIA, L. C. **Por uma pedagogia da loucura**: experiências de assessoria jurídica popular universitária no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira. 2018. 383 f. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília.

CORREIA, L. C. et al. O direito achado no hospício: uma experiência de extensão jurídica popular em direitos humanos. In: **Anais do V Colóquio Interamericano de Educação em Direitos Humanos**. Universidade Federal de Goiás. Anuário do NDH/UFG. Goiânia: UFG, 2013. p. 1-15.

CORREIA, L. C.; MALHEIRO, A. V. F.; ALMEIDA, O. M. Romper o silêncio para a garantia dos direitos das mulheres em sofrimento mental autoras de delito. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 123, p. 301-327, 2016.

CORREIA, L. C.; COSTA, K. L. C.; ALMEIDA, A. V. F. et al. Mulheres com Transtornos Mental em Conflito com o Sistema de Justiça Criminal na Paraíba: desatando os nós para o cuidado em liberdade. 2018. In: **Anais do VII Seminário Direito Penal e Democracia**. Belém: Even3, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viiseminariodpd/>. Acesso em: 20 jan 2020.

DALLARI, S. G.; NUNES JÚNIOR, V. S. **Direito sanitário**. São Paulo: Verbatim, 2010.

FÉLIX-SILVA, A. V. et al. **A Tenda do Conto como prática integrativa de cuidado na atenção básica**. Natal: Edunp, 2014.

FLORES, H. J. **A reinvenção dos direitos humanos**. Entrevista concedida a José Geraldo de Sousa Junior para Constituição & Democracia – Observatório da Constituição e da Democracia. Brasília: UnB/Faculdade de Direito-Sindjus-DF, nº 23, junho de 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da Liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, B. S. et al. **O Acesso ao Direito e à Justiça**: um direito fundamental em questão. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa: Coimbra, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/lex/a_pdf/01_boaventura_acesso_jud_pt.pdf. Acesso em: 10 fev2020.

11-13
DEZ
2019

Seminário Internacional

O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua



SOUSA JUNIOR, J. G. **Direito como liberdade**: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito. 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília.